

O INTÉRPRETE NA FIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES E PRÁTICAS A PARTIR DE NORBERT ELIAS

Eulze Rodrigues da Costa Junior¹
Universidade Federal do Espírito Santo

Reginaldo Célio Sobrinho²
Universidade Federal do Espírito Santo

Eixo temático: Interpretação em contextos comunitários (educacional, jurídico e médico).

Resumo: Refletimos sobre as práticas dos intérpretes de Libras concebendo-as como dispositivos que mobilizam as atitudes de cooperação entre estudantes ouvintes e uma estudante surda que cursam Licenciatura em Pedagogia, em uma universidade pública brasileira. Em termos teóricos-metodológicos, o texto se ancora nos conceitos de figuração e interdependência elaborados por Norbert Elias. Na perspectiva do autor, por distintos motivos, em vários contextos, os seres humanos têm buscado maneiras de instituir modos de relacionar uns com os outros. Essa dinâmica produz um sentimento de preocupação cada vez mais acentuado capaz de, nas sociedades recentes, conduzir e regular as atitudes sociais perante a atuação dos intérpretes de Libras nos contextos escolares e, de maneira, específica, no Ensino Superior. Como instrumentos para a recolha dos dados, elegemos a observação participante, o questionário fechado e a entrevista semiestruturada. As reflexões que conduzimos nos possibilitam apontar que, a partir da presença de uma estudante surda na figuração investigada, emergem tensões entre os indivíduos que concorrem para a busca de negociações, qualificando e redimensionando a atuação dos intérpretes de Libras no Ensino Superior. Apoiados em Elias, destacamos que as condutas assumidas pelos professores e pelos intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, durante nossa investigação, potencializam uma política cooperativa na formação de surdos no Ensino Superior.

Palavras-chave: Intérprete de Libras. Ensino Superior. Norbert Elias.

Introdução

Neste texto, temos como objetivo refletir sobre a sociodinâmica e as práticas dos intérpretes de Libras como elementos/dispositivos que mobilizam as atitudes de cooperação entre

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor Assistente do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (DLCE/UFES). Membro e pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq) e do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (GIPLES/CNPq). eulzejunior@gmail.com

² Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor Adjunto do Departamento de Educação, Política e Sociedade e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (DEPS/ PPGE/ UFES). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq). rsobrinho@hotmail.com
COSTA JUNIOR, E. R; SOBRINHO, R. C. O intérprete na figuração do Ensino Superior: reflexões e práticas a partir de Norbert Elias. In: V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p.1-13.

estudantes ouvintes e uma estudante surda em uma turma de nível superior. Para tanto, recorreremos à pesquisa de Mestrado em Educação, intitulada *A modelação de uma política cooperativa na escolarização de estudantes surdos no Ensino Superior* que desenvolvemos no âmbito da linha de pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

No fluxo da nossa pesquisa, percebemos que a matrícula da estudante surda nessa turma, no bojo de Elias (2006, 2014), mobilizou toda a rede de interdependência e, assim, processualmente, os indivíduos que compunham aquela turma – estudantes ouvintes, a estudante surda, professores e intérpretes de Libras – passaram a modelar seus comportamentos, o que nos levou a compreender que, naquele contexto, emergia uma política cooperativa (SENNETT, 2012) que motivou e delineou um processo – focalizado na formação de todos os estudantes – de avanços e recuos fortes e brandos.

Acreditamos que a política de cooperação modelada na turma investigada emergiu, também, a partir da mobilização dos intérpretes de Libras. Nesse sentido, pontuamos neste texto o desenvolvimento da profissão do intérprete de Libras (SANTOS, 2009; 2012) e como esse indivíduo pode potencializar as relações entre estudantes surdos e ouvintes em classes do Ensino Superior brasileiro.

Assim, para cumprir o objetivo deste texto, buscamos compreender alguns aspectos da sociodinâmica da profissionalização do intérprete de Libras, especialmente nos contextos educacionais (XAVIER, 2010) e, no nosso caso específico, no contexto do Ensino Superior brasileiro (SANTOS, 2009; 2012). Além disso, recorreremos aos pressupostos da Sociologia Figuracional, elaborada por Norbert Elias. Da perspectiva teórica eliasiana tomamos, principalmente, dois conceitos complementares: figuração e interdependência.

O conceito de figuração é recorrente nas obras de Norbert Elias. Para o autor, é uma condição humana a participação dos indivíduos em alguma figuração. O autor indica que uma figuração pode ser formada por duas ou mais pessoas unidas por laços de interdependência. Podemos dizer, então, que as figurações não são estáticas, elas são constituídas de modo processual e

fundamentadas pelas redes de interdependência que se delineiam a partir das tensões e do equilíbrio de poder vividos nos espaços sociais.

A partir de nossas análises, passamos a compreender que os intérpretes, os estudantes surdos e os estudantes ouvintes são indivíduos cujas atitudes e modos de relacionamentos ganham outros sentidos a partir da matrícula da estudante surda no Ensino Superior. Decorre daí nosso interesse e também a pertinência de estudar aspectos das interpenetrações dos intérpretes no fluxo da formação de estudantes surdos no Ensino Superior.

O intérprete de Libras no Ensino Superior: uma breve contextualização

A profissão do intérprete de Libras, especificamente no Ensino Superior, emerge e se consolida de modo muito específico a partir da inserção dos estudantes surdos nas classes desse nível de ensino. Nesse aspecto, vale considerar que, associado à ampliação de matrículas no Ensino Superior, vivenciamos uma intensa (re) definição e (re) elaboração em torno da profissão do tradutor e intérprete de Libras. O Ensino Superior traz marcas e sentidos muito peculiares em relação à Educação Básica.

Zaidan (2014) nos permite entender que, nos espaços do Ensino Superior, as formações são expressas e conduzidas de muitas maneiras que envolvem o conhecimento de temáticas/saberes do cotidiano escolar, o desenvolvimento e os investimentos em pesquisas da área da educação. Assim, compreendemos que, atualmente, a profissão do intérprete de Libras está intimamente ligada à formação dos professores. Em termos mais específicos, acreditamos que, ao compor as redes de interdependências desse nível de ensino, os intérpretes se constituem em profissionais importantes e podem cooperar com professores e estudantes no sentido de conduzir o processo de formação de estudantes surdos e ouvintes.

Observamos, nos estudos de Xavier (2010), que historicamente a escolarização de estudante surdos era pautada pela oralização. Para a autora, em decorrência dos movimentos surdos que ocorreram por volta da década de 1980, a partir das associações de surdos, essa prática oralista passou a ser alvo de questionamentos intensos e posta em xeque.

COSTA JUNIOR, E. R; SOBRINHO, R. C. O intérprete na figuração do Ensino Superior: reflexões e práticas a partir de Norbert Elias. In: V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p.1-13.

Nesse contexto, alguns indivíduos se constituíram profissionais nas fronteiras das comunidades surdas e ouvintes, pois ora conviviam com os surdos e utilizavam a Libras, e ora com os ouvintes e, nesse caso, faziam uso da Língua Portuguesa. De certa maneira, em ambas as situações, o intérprete passou a desenvolver a habilidade de interpretar em diversos contextos sociais e, assim, buscava a partir dos conhecimentos adquiridos das palavras/sinais, dos significados e da cultura (LOPES, 2007), as interpretações mais apropriadas. Dessa maneira, concordamos com Santos (2012), que esses profissionais praticavam a tradução e acabavam transitando nas duas comunidades: de ouvintes e de surdos (SANTOS, 2012).

No fluxo de outras transformações sociais, no século XXI, dois marcos legais começaram a ditar outros rumos na escolarização de estudantes surdos no Brasil. Por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o Brasil legitima a escolarização dos surdos em sua língua, a Libras. Entretanto, observamos que até o ano de 2008 não havia, no Brasil, uma sistematização em torno da formação dos intérpretes de Libras.

A partir de 2008, observamos que houve um desenvolvimento na formação dos intérpretes de Libras. Naquele momento, emerge no país uma formação institucional, ofertada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio do curso de Bacharelado em Letras-Libras (SANTOS, 2012). Nessa direção, observamos que, por meio da Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010, essa profissão passou a ser legitimada e regulamentada em todo território nacional.

Nessa direção, com o crescente número de matrículas de estudantes surdos nas redes de ensino, a profissão de intérprete de Libras ganha destaque. Entretanto, como vimos no estudo de Santos (2012), a maioria desses profissionais, desconhecia seu papel na formação dos estudantes e suas possíveis relações com outros profissionais no fluxo das práticas pedagógicas que demandam a área educacional. Ainda que, conforme as indicações de Xavier (2010, p.111), esse profissional fosse peça central no processo formativo-educativo de pessoas surdas, vez que era “[...] responsável por versar, conduzir, transpor informações que serão dadas em Libras para o Português e do Português para Libras”.

Desse modo, percebemos a legitimação da profissão de intérprete de Libras, a partir do momento em que a sociedade brasileira necessitou da habilidade da interpretação da Libras para a Língua Portuguesa e/ou da Língua Portuguesa para Libras. Esse movimento emergiu a partir da participação cada vez mais evidente e ampliada de surdos nas diferentes figurações sociais.

De fato, na medida em que os estudantes surdos passam a integrar, de modo cada mais ampliado e mais explícito, as redes de interdependência do Ensino Superior, a demanda pela presença e atuação dos intérpretes de língua de sinais ocorre de maneira recorrente. Assim, assumem absoluta pertinência as discussões em torno da Libras, principalmente quando o uso dessa língua passa a ser entendida como condição para a formação de estudantes surdos no Ensino Superior (SANTOS, 2009).

Constituindo uma política cooperativa: em contexto

Durante a pesquisa que desenvolvemos, observamos que, embora a estudante surda necessitasse focalizar o intérprete de Libras durante todo o período em que estivesse na sala para que não perdesse nenhuma informação, o fato de ela estar sentada próxima de outras estudantes ouvintes impulsionava o estabelecimento de comunicação e de aproximação com os colegas de turma. Outro elemento importante nesse processo dizia respeito ao fato de a estudante surda não sentar no canto da sala de aula, e sim no meio da turma, o que potencializava as relações entre a estudante surda e os estudantes ouvintes e possibilitava uma aproximação dos intérpretes de língua de sinais com os professores e os demais estudantes. Nessa direção, observamos que:

[...] as carteiras da classe estavam organizadas em dois grandes semicírculos, que iniciavam na direção da porta de entrada/saída da classe e terminavam na direção oposta. Então, aproximadamente, metade da turma sentava-se no primeiro semicírculo e os demais sentavam-se no semicírculo posterior. Ao centro da sala de aula, e na direção do quadro branco, localizava-se a mesa do professor e ao seu lado direito ficava um intérprete sinalizando a aula e o outro intérprete, sentado numa cadeira, aguardava sua vez de interpretar e monitorava o tempo de troca que haviam combinado (DIÁRIO DE CAMPO, agosto de 2014).

COSTA JUNIOR, E. R; SOBRINHO, R. C. O intérprete na figuração do Ensino Superior: reflexões e práticas a partir de Norbert Elias. In: V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p.1-13.

Essa organização possibilitava a troca de informações de uma língua para outra, utilizando a tradução ou interpretação, de maneira mais próxima possível, respeitando-se as convenções gramaticais das línguas (XAVIER, 2010). Nessa dinâmica, alguns professores e os estudantes ouvintes passaram a acompanhar a interpretação dos conteúdos, das dúvidas e das respostas.

Observamos que a organização das carteiras na sala de aula dava visibilidade à presença do intérprete. Desse modo, em uma das aulas da disciplina “Educação, corpo e movimento”, após receberem o indicativo de greve dos técnicos da UFES,

[...] os estudantes combinaram de faltar às aulas da sexta-feira daquela semana. Essa atitude foi tomada em comum acordo dos estudantes, pois entendiam que sem a presença dos intérpretes de Libras, a estudante surda estaria impossibilitada em acessar às informações das aulas daquele dia em diante. Dessa maneira, decidiram não comparecer às aulas até que a turma tomasse conhecimento de alguma solução para o caso. (DIÁRIO DE CAMPO, maio de 2015).

Apoiando-nos nos estudos de Santos (2009; 2012), observamos que, na perspectiva dos estudantes, existia uma valorização do intérprete de Libras, pois o fato de estarem localizados ao lado dos professores durante as aulas, contribuiu para a modelação dos comportamentos de todos os indivíduos dessa figuração, de modo que passaram a valorizar a atuação dos intérpretes de língua de sinais, nessa turma de Ensino Superior.

Vale ressaltar que a ação de interpretar, comumente realizada no canto da sala de aula, não era vivenciada nas aulas ministrada para aquela turma. O intérprete atuava no centro da sala, próximo ao professor regente. Durante as entrevistas, uma estudante destacou questões relativas à organização física das carteiras e do trabalho do intérprete. A presença dos intérpretes

[...] mobilizou a turma inteira, os intérpretes – aquela novidade, focávamos neles – mas mobilizou a turma de uma maneira geral. Principalmente no primeiro período, que fizemos um trabalho sobre a importância do papel do intérprete na intermediação da comunicação do professor e do aluno surdo (ESTUDANTE 15 - ENTREVISTA, julho de 2015).

Elias (2006) evidencia-nos que as profissões são funções sociais que determinados indivíduos exercem com o objetivo de atender as necessidades de outros. Para Elias (2006, p. 89), “[...] COSTA JUNIOR, E. R; SOBRINHO, R. C. O intérprete na figuração do Ensino Superior: reflexões e práticas a partir de Norbert Elias. In: V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p.1-13.

se novas ocupações surgem em uma comunidade, tais transformações não se devem simplesmente a atos ou pensamentos desse ou daquele indivíduo em particular”. Mais especificamente, as profissões são o resultado de processos sociais, assim, as tensões e os dilemas que narram tais processos, precisam constituir os balizadores do desenvolvimento profissional.

Nessa perspectiva, compreendemos que o trabalho do intérprete de Libras não se dá num vazio, ele molda e é moldado na figuração social. Desse modo, se os estudantes dessa turma refinavam seus comportamentos, adotando estratégias para se relacionarem com a estudante surda, em decorrência da presença e da atuação dos intérpretes, também em decorrência das ações dos estudantes ouvintes, os intérpretes passavam a adotar conduções específicas que traziam implicações para o desenvolvimento dessa profissão. Também em entrevista, outra estudante ouvinte se expressou nos seguintes termos:

[...] eu particularmente me recorro à Debora, acho que essa interação é importante, essa colaboração é importante não somente nós do grupo, vejo que uns ajudam também, se envolvem, pois ser solidário é importante, principalmente em nossa formação. Temos que estar constituindo, aprendendo, juntar, dividir, acho super importante (ESTUDANTE 18 – ENTREVISTA, julho de 2015).

Observamos, em algumas disciplinas, a preocupação do professor regente em auxiliar os intérpretes, com a entrega dos textos e conteúdos previamente, ou planejando atividades junto com os intérpretes. Dessa maneira, entendemos que, nessas disciplinas, havia uma potencialização no trabalho do intérprete de Libras.

Concordamos com Xavier (2010) quando nos indica, que o trabalho do intérprete não é algo automático. É uma atribuição que demanda diversas escolhas em um curtíssimo espaço de tempo, escolhas que demandam uma negociação nas duas línguas. Daí a importância de os docentes potencializarem a intervenção e a participação dos intérpretes nas aulas, subsidiando essa participação com a disponibilização de textos ou de materiais relativos aos conteúdos a serem trabalhados nas aulas.

Acreditamos que essas ações dialógicas entre os professores e os intérpretes dessa turma contribuía no processo de interpretação no ensino e na aprendizagem da estudante surda.

COSTA JUNIOR, E. R; SOBRINHO, R. C. O intérprete na figuração do Ensino Superior: reflexões e práticas a partir de Norbert Elias. In: V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p.1-13.

Além disso, essas práticas cooperativas demonstravam, para os estudantes da turma, um trabalho conjunto que era necessário para a formação de todos os estudantes. Observamos, nas entrevistas, que os estudantes ouvintes passaram a compreender a necessidade de um trabalho cooperativo entre professores e intérpretes. Nesse sentido, uma estudante destacou:

[...] No primeiro semestre, quando era a intérprete 1 eles tinham acesso aos conteúdos dos professores. Agora não sei quem pedia e se os professores mandavam sem solicitação [...] nesse semestre, em um momento o intérprete 2 pediu, não lembro em qual situação, pra ele ter noção mesmo. Acho que deveria ser assim em todas as aulas, assim como temos que ler os textos, e eles vão interpretar, acho que deveriam ter noção dos conteúdos até pra facilitar a interpretação (ESTUDANTE 20 – ENTREVISTA, julho de 2015).

Essa declaração/percepção nos remete ao estudo de Santos (2009), particularmente quando destaca que, a partir da figuração constituída por estudantes ouvintes e algum estudante surdo, existem negociações entre os indivíduos na tomada de decisões a respeito das estratégias pedagógicas que serão utilizadas nas aulas. Essas negociações podem trazer questões e demandas que qualificam ainda mais a atuação dos intérpretes de Libras nos espaços de formação desse nível de ensino.

Assim, pontuaremos a seguir condutas que os intérpretes de Libras tomaram durante as aulas e que, talvez, trabalhadas com os professores e estudantes, poderiam ser conduzidas de outras maneiras, contribuindo para a afirmação da política cooperativa entre estudantes ouvintes e a estudante surda.

Tensões durante a interpretação em uma turma de nível superior

Elias (2006) nos permite entender que o desenvolvimento da profissão de intérprete de Libras depende do entrelaçamento de dois fatores. O primeiro apresenta-se voltado para as descobertas das novas necessidades humanas nas redes de interdependência, que esses indivíduos constituem. O segundo diz respeito às maneiras pelas quais esses indivíduos, que possuem essa habilidade específica, encontrarão ferramentas para satisfazer essas necessidades humanas.

COSTA JUNIOR, E. R; SOBRINHO, R. C. O intérprete na figuração do Ensino Superior: reflexões e práticas a partir de Norbert Elias. In: V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p.1-13.

Contudo, nessa dinâmica, via de regra, ocorrem (des)ajustes entre as instituições e as necessidades individuais. Essa dinâmica é que delinea o ajustamento e o aprimoramento das profissões (ELIAS, 2006). Assim, compreendemos que os processos de interpenetrações individuais e institucionais tencionam a ação dos intérpretes de Libras a adotarem medidas para modelarem os códigos de condutas nas figurações que eles compõem.

Cabe-nos ressaltar que observamos, em nossa pesquisa, tensões apontadas no estudo de Santos (2009). O primeiro aspecto refere-se ao desconhecimento sobre o papel do intérprete de Libras pela estudante surda. Isso pode apontar para o fato de a estudante surda ter apenas três anos de conhecimento da Libras, além disso, ela teve oportunidade de contar com o trabalho de um intérprete de Libras na sua formação, apenas no Ensino Médio. Em decorrência disso, acreditamos que essa estudante pode entender, como no senso comum, que a responsabilidade do intérprete restringe-se “apenas” ao ato tradutório, apagando, assim, os demais processos que culminam na sala de aula.

Nessa direção, em nossa investigação, observamos práticas que poderiam ser melhor trabalhadas, articuladamente com professores e demais estudantes, contribuindo no processo formativo de todos. De fato, percebemos:

[...] durante uma aula de POEB, onde o debate girava em torno das teorias de Locke, Hobbes e Rousseau, que a estudante surda, interrompeu o intérprete, sem que o professor e o restante da turma percebessem, e solicitou uma explicação do sinal utilizado para a palavra “acumulação”. O intérprete, sem direcionar a dúvida da estudante para o professor, atendeu o pedido da estudante, e explicou, retomando logo em seguida a interpretação da aula (DIÁRIO DE CAMPO, outubro de 2014).

Esse processo pôde ser visto também em outros momentos, por exemplo, quando o intérprete traduziu a palavra “coibir”, esta, quando utilizada na frase: “Coibir o egoísmo”. Na mesma direção, observamos, durante uma aula da disciplina Introdução à Pesquisa Educacional, esse mesmo movimento. Em um dado momento da aula, a estudante surda ficou com dúvida em alguns sinais e, assim, solicitou ao intérprete que utilizasse a dactilologia para alguns verbos:

[...] nesse momento, a professora, que havia percebido o movimento da estudante surda, pausou a aula e indagou o que havia ocorrido e se a estudante estava

precisando de alguma explicação. O intérprete respondeu que estava tudo bem, e assim a professora prosseguiu sua aula (DIÁRIO DE CAMPO).

No que tange ao desenvolvimento da profissão do intérprete de Libras no Ensino Superior, a resposta imediata, por via da tradução, corrobora com a visão assistencialista, idealizada e ancorada no fluxo histórico e social dessa profissão. Nesse sentido, destacamos a importância da intervenção e participação dos professores, caso contrário, talvez, ao sanar a dúvida sem o consentimento do professor, o intérprete pode contribuir para que a estudante surda, os estudantes ouvintes e os professores confundam o seu papel.

Por outro lado, o ato de responder à estudante surda sem o consentimento do professor pode esconder dúvidas que, talvez, também poderiam ser de outras estudantes ouvintes. Na direção do nosso estudo, especificamente quando pensamos uma política cooperativa, entendemos que nesse caso, professores e estudantes (ouvintes e surdos) deixaram de contribuir na aula e, conseqüentemente, na formação de ambos.

De fato, em outras situações das aulas, observamos que, conforme emergiam piadas, debates paralelos ou quando o professor lançava uma questão para que os alunos pensassem e respondessem, a estudante surda não acompanhava no mesmo ritmo que os demais alunos da turma. Isso acontecia, principalmente em decorrência do tempo necessário para se fazer uma tradução. Observamos, que a estudante surda, quando ria sobre alguma piada feita, olhava em sua volta e não observava mais ninguém rindo. Além disso, não identificava o responsável por qualquer tipo de fala nos debates da sala e, por fim, quando tentava responder a alguma questão do professor, esta já havia sido respondida e o debate já estava em outro momento.

Destacamos que, em nossa pesquisa, também observamos movimentos diferentes a esses, por exemplo:

[...] durante outra aula da disciplina de Introdução à Pesquisa Educacional, a professora propôs uma atividade em grupo, indicando que os estudantes deveriam vivenciar o espaço escolar e coletassem dados. Durante sua explicação, observamos, que a professora buscava acompanhar a tradução, ou seja, processualmente, dirigia a palavra para a turma, pausava, e esperava o intérprete de Libras acompanhar sua fala (DIÁRIO DE CAMPO, maio de 2015).

COSTA JUNIOR, E. R; SOBRINHO, R. C. O intérprete na figuração do Ensino Superior: reflexões e práticas a partir de Norbert Elias. In: V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p.1-13.

Entendemos que a condução feita pela professora em cooperação com o intérprete de Libras demonstrava para os demais estudantes a importância do trabalho cooperativo da língua de sinais e, nesse sentido, a organização dos turnos de fala e a comunicação com a estudante surda provocou mudanças nos comportamentos de alguns estudantes ouvintes e isso parece ser muito interessante. Desse modo, compreendemos que esse refinamento começa a fazer parte da história de uma possível mudança social. Na mesma direção, observamos em uma aula de POEB:

[...] que o professor aguardava o intérprete concluir a interpretação para prosseguir com sua fala, esse fato, passou a ser observado pelos alunos e, em dado momento da aula, a estudante surda questionou sobre o conceito de “desapropriação”, o fluxo da aula foi interrompido e, tanto o professor, quanto os estudantes, respeitando os turnos de fala, passaram a citar exemplos e auxiliar na interpretação. Ao concluir o raciocínio, o professor olhou para a estudante surda e disse: “Boa pergunta!” e, concomitantemente, perguntou para o intérprete como seria a interpretação dessa exclamação, assim, visualizou e sinalizou para a estudante surda: “Boa pergunta” (DIÁRIO DE CAMPO, outubro de 2014).

Dessa maneira, observamos que tanto a profissão do intérprete de Libras quanto as relações dos indivíduos que compõem essa rede de interdependência, sofreram com processos de (des)ajustes. De fato, de maneira processual, uma função específica para o intérprete de Libras estava se desenvolvendo nessa rede de interdependência. Compreendemos que essa dinâmica contribuía também para que os estudantes ouvintes fossem mobilizados a cooperar com a formação da estudante surda.

Não pensamos as tensões que emergiram, a partir da presença da estudante surda e, concomitantemente, do intérprete de Libras, destacadas neste ensaio, como processos negativos, pois a gestão dessas tensões foi de fundamental importância para a modelação da política cooperativa nessa turma (SENNETT, 2012).

Considerações Finais

Ao tratarmos do processo no qual os intérpretes, os estudantes surdos e os estudantes ouvintes se imbricavam nessa rede de interdependência, procuramos abordar, por meio da Sociologia

Figuracional, que esse fluxo acarretou também a re-funcionalização do papel do intérprete de Libras.

Além disso, esse desenvolvimento implicou também em articulações cooperativas com os demais indivíduos dessa turma. A presença do intérprete de Libras evidencia questões que precisam ser problematizadas. Esse profissional intervém na educação de surdos, tornando-se ator importante na escolarização desses indivíduos. É nesse sentido que destacamos a importância das relações com os demais indivíduos dessa rede de interdependência, pois esses “outros” são componentes fundamentais para compreendermos os processos tradutórios, de desenvolvimento dessa profissão, bem como os processos formativos de estudantes surdos no Ensino Superior.

Reiteramos que, na turma investigada, ocorreu um processo crescente de interdependência mútua entre estudantes ouvintes, professores, intérpretes e a estudante surda, trazendo implicações no desenvolvimento da profissão do intérprete de Libras.

Associado a isso, o conjunto de dados que sistematizamos nos motivam a destacar a pertinência de uma política institucional potencializadora de vínculos mais estreitos entre os profissionais que atuam no Ensino Superior.

Diante do processo vivido nesta investigação, acreditamos que seria muito importante estabelecer uma prática de estudos dos textos a serem utilizados nas disciplinas; a destinação de um tempo específico para os intérpretes realizarem os planejamentos das aulas, em colaboração com o docente da turma; a destinação de momentos para participação dos intérpretes em grupos de estudos e/ou projetos de pesquisa que têm como temática, principalmente, os fundamentos históricos, políticos e filosóficos da educação.

Essas práticas poderiam contribuir, sobremaneira, na qualificação da atuação dos intérpretes. Pela via de uma política institucional e pela inserção dessas práticas, os intérpretes poderiam constituir com os docentes uma vinculação acadêmica altamente qualificada que assegurasse aos estudantes o acesso aos conteúdos de forma reflexiva e crítica.

COSTA JUNIOR, E. R; SOBRINHO, R. C. O intérprete na figuração do Ensino Superior: reflexões e práticas a partir de Norbert Elias. In: V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p.1-13.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 de abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 11/07/2015.

_____. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 22 de dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 11/07/2015.

_____. Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília. 01 de set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 21/09/2015.

ELIAS. **Escritos & Ensaio**; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2014.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Silvana Aguiar. Intérpretes de língua de sinais: tensões e negociações no ensino superior. In: **XII Congresso da Association pour la Recherche Interculturelle - ARIC**, 2009, Florianópolis. Anais do XII Congresso da ARIC, 2009, p. 01-13.

SANTOS, Silvana Aguiar. A tradução e interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010. In: **III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**, 2012, Florianópolis. Anais do III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. v. 3, p. 01-09.

SENNETT, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

XAVIER, Keli Simões. O intérprete de Libras na educação de surdos. In: VICTOR, Sônia Lopes [et al.] (Orgs.). **Práticas bilíngues: caminhos possíveis na educação de surdos**. Vitória/ES: GM, 2010, p. 109-123.

Z Aidan, Samira. O papel da Faculdade de Educação na formação docente. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Faculdades de Educação e políticas de formação docente**. Campinas: Autores Associados / Brasília/DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2014.

COSTA JUNIOR, E. R; SOBRINHO, R. C. O intérprete na figuração do Ensino Superior: reflexões e práticas a partir de Norbert Elias. In: V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p.1-13.